



12 de Fevereiro de 2012

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

N.º DO CARTÃO

NOME (LETRA DE FORMA)

ASSINATURA

INFORMAÇÕES / INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa: questões de números 1 a 40.
2. A compreensão e a interpretação das questões e das siglas constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Usar caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER RASURAS.**

Duração total da prova: 3 horas



Anote o seu gabarito.

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.

EM BRANCO

PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

Leia o seguinte texto, que servirá de base para as próximas 05 (cinco) questões:

O Legado da Doutora Zilda Arns

Frei Betto

Se milhares de jovens e adultos brasileiros e estrangeiros sobrevivem, hoje, às condições de extrema pobreza em que nasceram, devem isso em especial à doutora Zilda Arns. Conheci-a através de seu irmão, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, hoje arcebispo emérito de São Paulo. Trazia sempre nos lábios um sorriso tímido, a fala mansa, suave, e, apesar dos gestos contidos, manifestava profunda firmeza de caráter.

Na virada das décadas 1970-1980, o Brasil se redemocratizava e a sociedade civil se reorganizava. Fundada em 1983, hoje a Pastoral da Criança atua em 20 países, principalmente junto a famílias de baixa renda, onde acompanha as gestantes, os partos, o desenvolvimento das crianças de zero a 6 anos de idade.

Inspirada na metodologia de Paulo Freire – os pobres como sujeitos sociais e políticos de sua emancipação da pobreza – a Pastoral da Criança criou uma extensa rede de voluntários a partir da capacitação dos pais das crianças atendidas. O beneficiário de hoje é o agente multiplicador de amanhã, responsável por acompanhar de 10 a 15 famílias vizinhas prestes a ter bebê, orientando-as em ações básicas de saúde, vacinas, cuidados pré e pós-natais, nutrição, educação e cidadania.

Em 2004, Zilda Arns criou a Pastoral da Pessoa Idosa, hoje integrada por milhares de homens e mulheres com mais de 60 anos de idade, rejuvenescidos por descobrirem que velhice não é doença, nem ociosa espera da morte.

No Brasil, já foram atendidas pela Pastoral da Criança, em 27 anos de atuação, 1,6 milhão de crianças e 1,2 milhão de famílias pobres, em 4.063 municípios, graças à dedicação de 260 mil voluntários, dos quais 141 mil são líderes que vivem em comunidades pobres. Zilda Arns fez, sim, o milagre da multiplicação dos pães, ou seja, da vida. Aonde a Pastoral da Criança chega, no primeiro ano o índice de mortalidade infantil cai em torno de 20%.

Estima-se que, no exterior, a Pastoral da Criança já salvou a vida de ao menos 200 mil bebês. Na América Latina ela se faz presente no Paraguai, Argentina, Honduras, México, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Peru, Panamá, República Dominicana, Colômbia, Guatemala e também no Haiti, onde sua fundadora encontrou a morte – em plena trincheira de trabalho para salvar vidas – a 12 de janeiro último, em decorrência do terremoto que arruinou aquele país do Caribe. Na África, a Pastoral atua

na Guiné-Bissau, Moçambique e Guiné; e na Ásia, nas Filipinas e Timor Leste.

Trabalhei com Zilda Arns em 2003/2004, quando a Pastoral da Criança se fez parceira, de primeira hora, do Fome Zero. Ela tinha muito a nos ensinar. Crianças nascidas em situação de extrema pobreza são salvas da desnutrição e da diarreia graças a medidas simples, como a pesagem periódica de bebês, o soro caseiro e a farinha multimistura, preparada com sementes e “restos” de alimentos, como talos de verduras, cascas de frutas e ovos. O custo criança/mês é inferior a R\$ 1,7.

Graças à intensa mobilização suscitada pelo apelo de combate à desnutrição, o Fome Zero recebia inúmeras doações. Certo dia ligou um empresário de Birigui (SP), disposto a doar 100 mil pares de calçados para crianças. E, como tantos doadores, queria visibilizar o gesto em Brasília, em vez de destinar a doação diretamente aos municípios priorizados pelo programa. Logramos convencê-lo do contrário.

Roberto Guimarães, que trabalhava com Oded Grajew e comigo no gabinete de Mobilização Social da Presidência da República, ficou encarregado de monitorar a operação. Qualificado em consultoria de processos, contactou os Correios, que se prontificaram a despachar os sapatos. Mas... a que endereços? Sugeriu que recorresse à Pastoral da Criança. Duas semanas depois, ela nos enviou nome e sobrenome de 100 mil crianças, os respectivos endereços e – acreditem! – o número do pezinho de cada uma, especificando se era do sexo masculino ou feminino. Ficamos admirados frente à tamanha capilaridade e eficiência do movimento criado por Zilda Arns. Roberto Guimarães comentou que nem o acervo de presentes de Papai Noel era tão organizado...

No lançamento do Fome Zero, em 2003, Zilda Arns discordou de se exigir, dos beneficiários, comprovantes de gastos em alimentos, de modo a garantir que o dinheiro não se destinasse a outras compras. Oded Grajew e eu a apoiamos, concordamos que apresentar comprovantes não era relevante, valia apenas como forma de se verificar resultados. Haveria que confiar na palavra dos beneficiários.

Em março de 2004, o governo decidiu esvaziar o Fome Zero, que tinha caráter emancipatório, e introduzir o Bolsa Família, de caráter compensatório. Zilda Arns, preocupada, convocou-me a Curitiba, sede da Pastoral da Criança, para reunião com ela, José Tubino, da FAO, e dom Aloysio Penna, então arcebispo de Botucatu (SP), que representava a CNBB. Tratamos das mudanças na área social do governo, em especial da decisão de se acabar com os Comitês Gestores do Fome Zero, já implantados em cerca de 2 mil municípios, pelos quais a sociedade civil atuava junto à gestão pública.

Zilda Arns temia que o Bolsa Família priorizasse a mera transferência de renda, submetendo-se à orientação que propõe tratar a pobreza com políticas compensatórias, sem tocar nas estruturas que promovem e asseguram a desigualdade social. Acreditava que as políticas sociais do governo só teriam êxito consolidado

ao combinarem políticas de transferência de renda e mudanças estruturantes, ações emergenciais e educativas, como qualificação profissional.

Em artigo que divulgou por ocasião da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Olinda, a criadora da Pastoral da Criança alertou que a política social “não deve estar sujeita à política econômica. É hora de mudar esse paradigma. É a política econômica que deve estar sujeita ao combate à fome e à miséria.” E manifestou claramente a sua opinião: “Erradicar os Comitês Gestores seria um grave erro, por destruir uma capilaridade popular que fortalece o empoderamento da sociedade civil; (...) por reforçar o poder de prefeitos e vereadores, que nem sempre primam pela ética e lisura no trato com os recursos públicos. O governo não deve temer a parceria da sociedade civil, representada pelos Comitês Gestores.”

Seu apelo não teve eco. Os Comitês Gestores foram erradicados e, assim, a participação da sociedade civil nas políticas sociais do governo federal. Apesar de tudo, o ministro Patrus Ananias logrou aprimorar o Bolsa Família e o índice de redução da miséria absoluta no país, conforme dados recentes do Ipea. Falta encontrar a porta de saída aos beneficiários, de modo a produzirem a própria renda.

Zilda Arns nos deixa, de herança, o exemplo de que é possível mudar o perfil de uma nação com ações comunitárias, voluntárias, enfim, através da mobilização da sociedade civil. Não a mobilização que isenta o poder público de suas responsabilidades ou procura substituí-lo em suas obrigações. As instituições governamentais mantêm parcerias com a Pastoral da Criança e, esta, exige-lhes recursos, participa de comissões e eventos convocados pelo governo, critica-o quando necessário, sem se deixar instrumentalizar por interesses partidários e eleitorais.

“Estou convencida” – disse ao público que a escutava numa igreja de Porto Príncipe, pouco antes de falecer, sob os escombros de uma igreja no Haiti, em decorrência do terremoto – “de que a solução da maioria dos problemas sociais está relacionada com a redução urgente das desigualdades sociais, a eliminação da corrupção, a promoção da justiça social, o acesso à saúde e à educação de qualidade, ajuda mútua financeira e técnica entre as nações, para a preservação e restauração do meio ambiente.” E acrescentou: “Devemos nos esforçar para que nossos legisladores elaborem leis e os governos executem políticas públicas que incentivem a qualidade da educação integral das crianças e saúde, como prioridade absoluta”.

O mesmo ocorre em relação à iniciativa privada. A Pastoral não compactua com simulacros de responsabilidade social, que mais visam ao marketing do que à promoção humana, porém aceita parcerias se resguardados os princípios éticos e metodológicos que lhe definem o caráter.

Zilda Arns ensinou que, em se tratando de reduzir as causas da pobreza, deve ser a mais curta possível a distância entre intenção e ação. “A fome é ontem”, dizia

Betinho, o sociólogo Herbert de Souza. E, na contramão daqueles que, cheios de bons propósitos, quase nada fazem por se enredarem no cipó das fontes financiadoras, ela primeiro agia para, em seguida, buscar os recursos.

Fez da Pastoral da Criança uma extensa e intensa rede de solidariedade. Acreditou na generosidade e na capacidade das famílias beneficiárias, transformou os pobres, de objetos da ação social, em sujeitos multiplicadores de pequenas e capilares iniciativas que produzem grandes e eficientes resultados.

Ela não repassava dinheiro às famílias atendidas, não fazia promessas, não pedia atestado de pertença religiosa ou preferência política. Seu objetivo era salvar vidas precocemente ameaçadas pela injustiça da desigualdade social que marca a nossa sociedade. Soube confiar no saber popular, na eficácia de recursos domésticos e das práticas tradicionais que dispensam compras em farmácias e supermercados. Infundiu nos beneficiários e agentes multiplicadores da Pastoral a convicção de que a emancipação da pobreza não reside apenas no poder de consumo, mas sobretudo no dever de solidariedade.

“Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe dos predadores, das ameaças e dos perigos, e mais perto de Deus, devemos cuidar de nossas crianças como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-las”, declarou Zilda Arns ao encerrar a última palestra que proferiu, junto ao povo sofrido do Haiti.

O Prêmio Nobel da Paz merecia esta mulher.

Fonte: *Sítio da Pastoral da Criança* – www.pastoraldacrianca.org.br
(Texto adaptado)

1. Com base na leitura do texto de Frei Betto, assinale a alternativa **CORRETA**:
 - A) Segundo o autor, Zilda Arns acreditava que os beneficiários do Fome Zero deveriam comprovar os gastos alimentares.
 - B) Segundo o autor, Zilda Arns acreditava que a política social não deveria se sujeitar à política econômica.
 - C) De acordo com Frei Betto, Zilda Arns defendia que o Bolsa Família priorizasse a transferência de renda, ou seja, o assistencialismo.
 - D) De acordo com Frei Betto, Zilda Arns acreditava que entre a intenção e a ação de combater a pobreza deveria existir um grande espaço de reflexão teórica, a fim de primeiro buscar fontes de financiamento.
 - E) Para o autor, o trabalho de Zilda Arns tem como principal legado o repasse de dinheiro às famílias assistidas pelos programas sociais do governo.
2. A partir da leitura do texto de Frei Betto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O texto deixa claro que a doutora Zilda Arns transformou a Pastoral da Criança em uma rede de solidariedade.
- B) Segundo o texto, Zilda Arns preferia agir antes de buscar recursos.
- C) O texto deixa claro que a doutora Zilda Arns não acreditava em mudanças na estrutura social, mas em ações paliativas que, a longo prazo, surtem efeitos modificadores na realidade de pobreza existente no Brasil.
- D) Segundo o texto, Zilda Arns acreditava que o governo não deveria temer as parcerias formadas pela sociedade civil.
- E) Segundo o texto, Zilda Arns acreditava que o Poder Legislativo também tem um importante papel a cumprir no que tange às melhorias das condições sociais das crianças.

3. Sobre os dados presentes no texto de Frei Betto, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Mais da metade dos voluntários da Pastoral da Criança vivem em comunidades pobres.
- B) A ação da Pastoral da Criança, em uma dada localidade carente, faz com que os índices de mortalidade infantil caiam mais de 50%.
- C) A Pastoral da Criança, em seus anos de atuação, atendeu mais famílias pobres que crianças carentes.
- D) A Pastoral da Criança não atua fora dos territórios americano e africano.
- E) A Pastoral da Criança foi fundada por Paulo Freire.

4. Leia o seguinte trecho, destacado do texto de Frei Betto, e assinale a alternativa **CORRETA**:

Zilda Arns nos deixa, de herança, o exemplo de que é possível mudar o perfil de uma nação com ações comunitárias, voluntárias, enfim, através da mobilização da sociedade civil. Não a mobilização que isenta o poder público de suas responsabilidades ou procura substituí-lo em suas obrigações. As instituições governamentais mantêm parcerias com a Pastoral da Criança e, esta, exige-lhes recursos, participa de comissões e eventos convocados pelo governo, critica-o quando necessário, sem se deixar instrumentalizar por interesses partidários e eleitorais.

- A) O pronome “lhes”, utilizado em “exige-lhes”, faz referência à “Pastoral da Criança”.
- B) O pronome “o”, em “critica-o”, faz referência a “recursos”.
- C) A palavra “nos”, em “Zilda Arns nos deixa”, é uma preposição.
- D) A palavra “pelo”, em “eventos convocados pelo governo”, é um pronome demonstrativo.

E) A palavra “esta” faz referência à “Pastoral da Criança” e é um pronome demonstrativo.

5. Leia o seguinte trecho, destacado do texto de Frei Betto, e assinale a alternativa **CORRETA**:

Roberto Guimarães, que trabalhava com Oded Grajew e comigo no gabinete de Mobilização Social da Presidência da República, ficou encarregado de monitorar a operação. Qualificado em consultoria de processos, contatou os Correios, que se prontificaram a despachar os sapatos. Mas... a que endereços? Sugeriu que recorresse à Pastoral da Criança. Duas semanas depois, ela nos enviou nome e sobrenome de 100 mil crianças, os respectivos endereços e – acreditem! – o número do pezinho de cada uma, especificando se era do sexo masculino ou feminino. Ficamos admirados frente à tamanha capilaridade e eficiência do movimento criado por Zilda Arns. Roberto Guimarães comentou que nem o acervo de presentes de Papai Noel era tão organizado...

- A) A palavra “se”, em “contatou os Correios, que se prontificaram a despachar os sapatos”, tem efeito aditivo.
- B) Em “Guimarães comentou que nem o acervo de presentes de Papai Noel era tão organizado...”, a palavra “nem” foi utilizada com efeito condicional.
- C) A palavra “sugeriu”, em “sugeriu que recorresse à Pastoral da Criança”, faz referência a Roberto Guimarães.
- D) Em “Mas... a que endereços?”, a palavra “mas” tem efeito explicativo.
- E) Em “Ficamos admirados frente à tamanha capilaridade e eficiência do movimento criado por Zilda Arns”, a palavra “ficamos” se refere a Roberto Guimarães e ao próprio autor, Frei Betto.

POLÍTICA DE SAÚDE

6. A Constituição Federal assinala, no Capítulo 2, dos Direitos Sociais, artigo 6, que a saúde é um direito. O conceito de saúde, de acordo com a Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990, é:

- A) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo exclusivamente ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- B) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições mínimas ao seu pleno exercício.
- C) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, tendo como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho,

o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

- D) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o município prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O dever do Estado não exclui o dever das pessoas, famílias, empresas e da própria comunidade na busca de bem estar físico, mental, espiritual e sanitário.
- E) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo exclusivamente ao município prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, por meio de ações intersetoriais e interdepartamentais que garantam as pessoas o acesso a bens e serviços.
7. A Política Nacional do Idoso, a fim de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, deve:
- Estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros.
 - Desenvolver formas de cooperação entre as Secretarias de Saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e entre os centros de referência em geriatria e gerontologia para treinamento de equipes multiprofissionais.
 - Prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmações I e III.
B) Apenas a afirmação I.
C) Apenas a afirmação II.
D) **Todas as afirmações.**
E) Apenas as afirmações II e III.
8. O Conselho de Saúde é um órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde, que atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros. Sobre a criação e a organização dos Conselhos de Saúde, considere as afirmações a seguir:
- A criação dos Conselhos de Saúde é estabelecida por lei municipal, estadual ou federal, com base na Lei n. 8.142/90.
 - O número de conselheiros será indicado pelos Plenários dos Conselhos de Saúde e das

Conferências de Saúde, devendo ser definido em lei.

- III. As vagas do Conselho de Saúde deverão ser distribuídas da seguinte forma: 50% de entidades de usuários; 25% de entidades dos trabalhadores de saúde; e 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) **Todas as assertivas.**
B) Somente as afirmações I e II.
C) Somente a afirmação I.
D) Somente as afirmações II e III.
E) Somente as afirmações I e III.

9. Em relação à Política Nacional de Atenção Básica aprovada pela Portaria n. 648/GM/2006, afirma-se:

- A Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde.
- O Ministério da Saúde, em setembro de 2006, definiu a Agenda de Compromisso pela Saúde que agrega três eixos: (i) o Pacto em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), (ii) o Pacto em Defesa da Vida e (iii) o Pacto de Gestão.
- Considera o sujeito em sua singularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural e busca a promoção de sua saúde, a prevenção e tratamento de doenças, bem como a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer suas possibilidades de viver de modo saudável.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) **Apenas as assertivas I, II e III.**
B) Apenas as assertivas I e III.
C) Apenas a assertiva III.
D) Apenas as assertivas I e II.
E) Apenas a assertiva I.

10. As ações e serviços de saúde, implementadas pelos estados, municípios e Distrito Federal são financiados com recursos da União, próprios e de outras fontes suplementares de financiamento, todos devidamente contemplados no orçamento da Seguridade Social. Os recursos são repassados por alguns mecanismos entre os quais:

- Transferências regulares e automáticas.
- Remuneração por serviços produzidos.
- Convênios.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as opções I e III.
- B) Todas as opções.**
- C) Apenas as opções II e III.
- D) Apenas as opções I e II.
- E) Apenas a opção II.

ÉTICA E BIOÉTICA

11. Sobre um projeto elaborado por um engenheiro, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Poderá ser alterado pelo seu autor somente após autorização da Câmara Especializada da modalidade do profissional autor do projeto em questão.
- B) Os projetos, uma vez concluídos, não poderão ser alterados, devendo o interessado elaborar novo projeto.
- C) Poderá ser alterado por outro profissional habilitado, desde que comprovada a solicitação ao autor original do projeto, por este estar impedido ou por se recusar a prestar sua colaboração profissional.**
- D) O projeto, caso seja comprovada a recusa ou não autorização de alteração por parte do seu autor, poderá ser alterado por outro profissional habilitado, desde que solicitado e autorizado pela Câmara Especializada da modalidade do profissional autor desse projeto.
- E) Ser alterado por qualquer profissional habilitado, desde que este assumira a responsabilidade sobre as alterações promovidas no projeto ou plano original, mediante o registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

12. Em que situação poderá ser automaticamente cancelado o registro profissional?

- A) Quando o profissional deixar de efetuar o pagamento da anuidade, a que estiver sujeito, durante 2 (dois) anos consecutivos.**
- B) Quando houver reincidência de infração ao art. 6. da Lei n. 5.194/66, no período de cinco anos a contar da primeira infração.
- C) Quando o profissional reincidir em infração por plágio a obra ou serviço de outro profissional, nos termos do art. 17 da Lei n. 5.194/66.
- D) Quando o profissional reincidir por três vezes em infração ao Código de Ética em período inferior a 2 (dois) anos.
- E) O registro profissional não é passível de cancelamento automático em situação alguma, podendo apenas ser suspenso por período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, em caso de infração grave ao Código de Ética Profissional.

13. O engenheiro que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro profissional:

- A) Terá seu registro profissional suspenso por período não inferior a 90 dias, a critério da Câmara Especializada que julgará o caso.
- B) Exerce ilegalmente a profissão nos termos do art. 6º alínea “b” da Lei Federal n. 5.194/66.**
- C) Exerce ilegitimamente a profissão nos termos do parágrafo único do art. 67 da Lei Federal n. 5.194/66.
- D) Perderá o direito autoral sobre sua obra profissional.
- E) Terá a atividade profissional computada em seu acervo técnico, porém perderá o direito autoral sobre ela.

14. Assinale uma conduta vedada aos profissionais nos termos do art. 10 do Código de Ética adotado pela Resolução Federal n. 1002/2002 do Conselho Federal de Engenharia (CONFEA).

- A) Deixar de solicitar o visto para exercício profissional em determinada Unidade da Federação e ali exercer a profissão.
- B) Deixar de cumprir suas obrigações relativas à pontualidade no pagamento da anuidade.
- C) Responsabilizar-se tecnicamente por mais de 10 (dez) obras ou serviços ao mesmo tempo, sem a devida autorização da Câmara Especializada de sua modalidade profissional.
- D) Intervir em trabalho de outro profissional sem a devida autorização de seu titular, salvo no exercício do dever legal.**
- E) Apresentar documento falso com vistas a auferir irregularmente o registro profissional.

15. Assinale um direito individual assegurado aos profissionais nos termos do art. 12 do Código de Ética adotado pela Resolução Federal n. 1002/2002 do Conselho Federal de Engenharia (CONFEA).

- A) Desconto de até noventa por cento (90%) na taxa de anuidade em caso de desemprego ou doença grave.
- B) Ampla defesa e apresentação do contraditório nos processos de fiscalização em que eventualmente for arrolado no exercício de sua profissão.
- C) Apresentar recurso das decisões proferidas pela Câmara Especializada junto ao Plenário do Conselho Regional e junto ao Conselho Federal em Brasília.
- D) Recusa ou interrupção de trabalho, contrato, emprego, função ou tarefa quando julgar incompatível com sua titulação, capacidade ou dignidade pessoais.**

- E) Receber o salário mínimo profissional em qualquer contrato que firmar para exercer atividades profissionais.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

16. Sobre as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, pode-se afirmar que:

- A) A norma regulamentadora que visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente, é a NR-17, Ergonomia.
- B) A eliminação ou neutralização da insalubridade, tal como especificado na NR-15, deverá ocorrer com a adoção de medidas de ordem geral que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerâncias e com implantação do programa nacional de uso de EPI.
- C) Equipamento de Proteção Individual (EPI) é todo dispositivo ou produto, utilizado individualmente pelo trabalhador, destinado a proteger este de riscos que possam ameaçar a sua segurança e a saúde no trabalho. Compete à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e trabalhadores usuários recomendar o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade.
- D) O engenheiro do trabalho deve elaborar e implementar somente o plano de prevenção de riscos de acidentes com materiais perfurocortantes, conforme as diretrizes estabelecidas na NR-32.
- E) Hospitais, ambulatórios, maternidades, casas de saúde e repouso, clínicas e estabelecimentos similares com mais de mil empregados deverão contratar um engenheiro de segurança do trabalho em tempo integral.

17. A NR-32, tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.

A respeito das especificações dessa norma é **CORRETO** afirmar:

- A) A avaliação do local de trabalho e do trabalhador deve considerar a finalidade e descrição do local de trabalho; a organização e procedimentos de trabalho; a possibilidade de exposição; a descrição das atividades e funções de cada local de trabalho; as medidas preventivas aplicáveis e

o acompanhamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

- B) O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) contempla, entre outros aspectos, a relação contendo a identificação nominal dos trabalhadores, sua função, o local em que desempenham suas atividades e o risco a que estão expostos, bem como o programa de vacinação e a realização da semana interna de prevenção de acidentes.

- C) O engenheiro de segurança do trabalho deve fazer parte do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – (PPRA), o qual deve conter identificação dos riscos biológicos mais prováveis, em função da localização geográfica e da característica do serviço de saúde e seus setores.

- D) Quando ocorre acidente envolvendo riscos biológicos, com ou sem afastamento do trabalhador, deverá ser feita análise a fim de confirmar se há ou não necessidade de emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

- E) Os equipamentos de proteção individual (EPI), descartáveis ou não, deverão no hospital, estar à disposição em número suficiente no serviço de saúde do trabalhador, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição.

18. De acordo com a NR-32 - segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde -, toda trabalhadora com gravidez confirmada deve:

- I. Ser afastada das atividades com radiações ionizantes.
- II. Ser remanejada para atividade compatível com seu nível de formação.
- III. Ser afastada do emprego.
- IV. Usar EPI para não haver prejuízo de sua saúde.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I e III.
- B) Apenas as assertivas I e II.
- C) Todas as assertivas.
- D) Apenas a assertiva IV.
- E) Apenas as assertivas II, III e IV.

19. De acordo com a NR-32 - segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde -, cabe ao empregador relatar os resultados das doses referentes às exposições de rotina, acidentais e de emergência, por escrito e mediante recibo, a cada trabalhador e ao médico coordenador do PCMSO ou médico encarregado dos exames médicos previstos na NR-7. O prontuário clínico individual deve ser mantido atualizado e conservado após o término da ocupação do trabalhador por:

- A) Trinta anos.
- B) Quatro anos.
- C) Vinte anos.
- D) Um ano.
- E) Dez anos.

20. De acordo com a NR-12 –, segurança no trabalho em máquinas e equipamentos –, os condutores de alimentação elétrica das máquinas e equipamentos devem atender aos seguintes requisitos mínimos de segurança:

- I. Oferecer resistência mecânica compatível com a sua utilização.
- II. Possuir proteção contra a possibilidade de rompimento mecânico, de contatos abrasivos e de contato com lubrificantes, combustíveis e calor.
- III. Facilitar e impedir o trânsito de pessoas e materiais ou a operação das máquinas.
- IV. Ser constituído de materiais que não propaguem o fogo, ou seja, autoextinguíveis, e que não emitam substâncias tóxicas em caso de aquecimento.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, II e IV.
- B) Apenas as assertivas I e II.
- C) Apenas as assertivas I, IV.
- D) Apenas a assertiva IV.
- E) Apenas as assertivas II, III e IV.

21. A Resolução RDC n. 50, de 21 de fevereiro de 2002, dispõe sobre o regulamento técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, em todo território nacional, na área pública e privada. Esse regulamento contempla:

- I. As construções novas de estabelecimentos assistenciais de saúde de todo o país.
- II. As áreas a serem ampliadas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes.
- III. As reformas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes e dos anteriormente não destinados a estabelecimentos de saúde.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Somente a afirmativa I.
- B) Somente as afirmativas I e III.
- C) Somente a afirmativa II.
- D) Somente a afirmativa III.
- E) Todas as afirmativas.

22. A NR-10 – segurança em instalações e serviços em eletricidade –, não é aplicável às instalações elétricas alimentadas por extrabaixa tensão, ou seja, com:

- A) Tensão não superior a cento e cinquenta volts, em corrente alternada, ou duzentos e vinte volts, em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.
- B) Tensão não superior a cinquenta volts, em corrente alternada, ou duzentos e vinte volts, em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.
- C) Tensão superior a cinquenta volts, em corrente alternada, ou cento e vinte volts, em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.
- D) Tensão não superior a cinquenta volts, em corrente alternada, ou cento e vinte volts, em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.
- E) Tensão superior a mil volts, em corrente alternada, ou trezentos e oitenta volts, em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.

23. De acordo com a NR-10 – segurança em instalações e serviços em eletricidade –, a intervenção em instalações elétricas energizadas em AT dentro dos limites estabelecidos como zona de risco, conforme o anexo I desta mesma NR, somente pode ser realizada mediante a desativação – também conhecida como bloqueio – dos conjuntos e dispositivos de religamento automático do circuito, sistema ou equipamento.

Alta tensão (AT) deve ser entendida como:

- A) Tensão superior a mil volts, em corrente alternada, ou mil e quinhentos volts, em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.
- B) Tensão superior a dez mil volts, em corrente alternada, ou mil e quinhentos volts, em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.
- C) Tensão superior a mil volts, em corrente alternada, ou quinhentos volts em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.
- D) Tensão superior a cem volts, em corrente alternada, ou mil volts, em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.
- E) Tensão superior a duzentos e vinte volts em corrente alternada, ou quinhentos volts em corrente contínua, entre fases ou entre fase e terra.

24. De acordo com a NR-4 – serviços especializados em engenharia de segurança do trabalho e em medicina do trabalho –, engenheiro de segurança, o médico do trabalho e o enfermeiro do trabalho deverão dedicar, no mínimo, quantas horas, por dia

para as atividades dos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, conforme a legislação pertinente em vigor?

- A) 2 horas (tempo parcial) ou 4 horas (tempo integral).
- B) 3 horas (tempo parcial) ou 6 horas (tempo integral).**
- C) 4 horas (tempo parcial) ou 8 horas (tempo integral).
- D) 1 hora (tempo parcial) ou 2 horas (tempo integral).
- E) 1,5 horas (tempo parcial) ou 3 horas (tempo integral).

25. A NR-9 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – estabelece parâmetros mínimos e diretrizes gerais a serem observados na execução do PPRA, tais como a possibilidade de esses programas serem ampliados mediante negociação coletiva de trabalho. Conforme a norma NR-9 consideram-se riscos ambientais:

- A) Os agentes químicos e biológicos existentes somente nos ambientes de trabalho, que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
- B) Os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho, que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.**
- C) Os agentes físicos, químicos e ergonômicos existentes nos ambientes de trabalho, que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
- D) Os agentes biológicos, somente, existentes nos ambientes de trabalho, que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.
- E) Os agentes físicos e químicos existentes somente nos ambientes de trabalho, que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador.

26. A elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação do PPRA poderão ser feitas por agentes que, a critério do empregador, conforme o disposto na NR-9 sejam capazes de desenvolvê-las:

- I. Pelo SESMT.
- II. Por pessoa capaz.
- III. Por equipe de pessoas capazes.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a alternativa I.
- B) Apenas a alternativa II.
- C) Todas as alternativas.**
- D) Apenas a alternativa III.
- E) Apenas as alternativas II e III.

27. De acordo com a NR-13 e excetuando-se os estabelecimentos que possuam serviço próprio de inspeção de equipamento, as caldeiras caso ainda estejam em condições de uso devem ser submetidas à rigorosa avaliação de integridade para determinar sua vida remanescente e novos prazos máximos para inspeção, ao completar:

- A) 15 anos.
- B) 20 anos.
- C) 25 anos.**
- D) 10 anos.
- E) 2 anos.

28. O Risco, segundo a definição mais encontrada na literatura sobre segurança, é:

- A) A probabilidade de um evento futuro adverso dividido por sua frequência.
- B) A probabilidade de um evento futuro adverso somada com sua frequência.
- C) A probabilidade de um evento futuro adverso subtraído pela sua frequência.
- D) A probabilidade de um evento futuro adverso multiplicada por sua frequência.**
- E) A probabilidade de um evento futuro adverso elevado ao número dado por sua frequência.

29. Em relação ao conceito de quase acidente encontrado na literatura sobre segurança, avalie as assertivas a seguir:

- I. É outro nome dado para risco potencial.
- II. Não causa dano algum, já que um quase acidente é um não acidente.
- III. Esse conceito constitui um aviso para que sejam tomadas medidas eficazes a fim de evitar o acidente.
- IV. Um conceito que não se deve levar em consideração, pois não colabora para a segurança.
- V. Um conceito que demanda a multiplicação da probabilidade de ocorrência pelo número de funcionários de uma empresa.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a assertiva I.
- B) Apenas a assertiva II.

- C) Apenas a assertiva III e IV.
- D) Apenas as assertivas II e IV.
- E) Apenas as assertivas I, II e III.

30. De acordo com a Resolução SESA n. 0321, de 14 de junho de 2004 (DOE n. 6759, de 28/06/04), que define o roteiro de inspeção para liberação da licença sanitária aos estabelecimentos hospitalares, no item 18 - PROCESSAMENTO DE ROUPA -, considera-se a desinfecção como o processo térmico que utiliza produtos químicos adequados ou atinge a temperatura de:

- A) 60° C (sessenta graus Celsius).
- B) 50° C (cinquenta graus Celsius).
- C) 400° C (quatrocentos graus Celsius).
- D) 700° C (setecentos graus Celsius).
- E) 70° C (setenta graus Celsius).

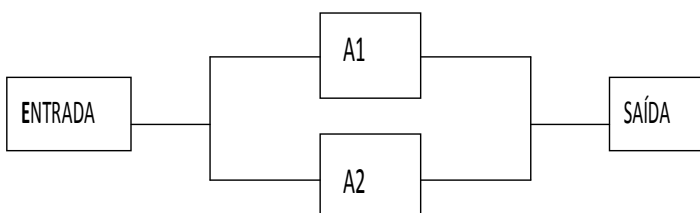
31. A Lei n. 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e fornece outras providências. No seu art. 4, classifica as infrações sanitárias nos graus leves, graves e gravíssimos. As assertivas a seguir apresentam as descrições correspondentes a cada grau:

- I. Aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;
- II. Aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;
- III. Aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Conforme a ordem das amostras, assinale a alternativa que corresponde à definição **CORRETA** de cada grau:

- A) Leve, grave e gravíssima.
- B) Grave, leve e gravíssima.
- C) Gravíssima, grave e leve.
- D) Leve, gravíssima e grave.
- E) Grave, gravíssima e leve.

32. Num sistema de redundância paralela, em que redundância é a existência de mais de um modo de execução de uma determinada tarefa, tem-se A1 com confiabilidade de 90% e A2 com confiabilidade de 80%



Sabendo que a probabilidade de falha total do sistema será calculada pela fórmula $Q = q_1 \times q_2$ e que $R = 1 - Q$, sendo $R =$ confiabilidade e $Q =$ probabilidade de falha, a confiabilidade total do sistema será de:

- A) 90%
- B) 98%
- C) 93%
- D) 56%
- E) 64%

33. Sobre a cor na segurança do trabalho avalie as assertivas a seguir:

- I. Devem ser adotadas cores para segurança em estabelecimentos ou locais de trabalho, a fim de indicar e advertir acerca dos riscos existentes.
- II. As cores utilizadas nos locais de trabalho para identificar os equipamentos de segurança, delimitar áreas, identificar tubulações empregadas para a condução de líquidos e gases e advertir contra riscos, devem atender ao disposto nas normas técnicas oficiais.
- III. A utilização de cores não dispensa o emprego de outras formas de prevenção de acidentes.
- IV. O uso de cores deve ser o mais reduzido possível, a fim de não ocasionar distração, confusão e fadiga ao trabalhador.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a assertiva I.
- B) Apenas a assertiva IV.
- C) Todas as assertivas.
- D) Apenas a assertiva III.
- E) Apenas as assertivas II e IV.

34. A rotulagem preventiva do produto químico classificado como perigoso à segurança e saúde dos trabalhadores deve utilizar procedimentos definidos pelo sistema globalmente harmonizado de classificação e rotulagem de produtos químicos (GHS), da Organização das Nações Unidas. De acordo com a NR-26, a rotulagem preventiva:

- I. Deve conter identificação e composição do produto químico.
- II. Deve conter pictograma(s) de perigo.
- III. Não deve conter palavra de advertência.
- IV. Deve conter frase(s) de perigo.
- V. Não deve conter frase(s) de precaução.
- VI. Deve conter informações suplementares.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas I, II e V.
- B) Apenas a afirmativa V.

- C) Apenas a afirmativa III e IV.
D) Apenas as afirmativas I, II, III e V.
E) Apenas as afirmativas I, II, IV e VI.
35. De acordo com a NR-12 – segurança no trabalho em máquinas e equipamentos -, os postos de trabalho das máquinas e equipamentos devem:
- Ser projetados para permitir a alternância de postura e a movimentação adequada dos segmentos corporais, garantindo espaço suficiente para operação dos controles nele instalados.
 - Ter suas superfícies com cantos vivos.
 - Permitir o apoio integral das plantas dos pés no piso.
 - Ter suas dimensões de modo a atender às características antropométricas e biomecânicas do operador, com respeito aos alcances dos segmentos corporais e da visão.
 - Atender a NR-25 - Ergonomia.
- Está(ão) **CORRETA(S)**:
- A) Apenas as afirmativas I e II.
B) As afirmativas I e IV.
C) Apenas a afirmativa V.
D) Apenas as afirmativas I, III e IV.
E) Apenas as afirmativas II, III e IV.
36. De acordo com a Resolução RDC n. 50, de 21 de fevereiro de 2002, as escadas de incêndio que servem como vias de escape podem ser dos seguintes tipos:
- A) Escada normal e escada protegida.
B) Escada protegida e escada enclausurada ou à prova de fumaça.
C) Escada de marinheiro e escada de quebra peito.
D) Escada à prova de fumaça e escada à prova de água.
E) Escada enclausurada e escada de abrir.
37. Quando a caldeira for instalada em ambiente aberto, a área de caldeiras deve estar afastada de outras instalações do estabelecimento de depósitos de combustíveis – excetuando-se reservatórios para partida com até 2000 litros de capacidade -, do limite de propriedade de terceiros e do limite de vias públicas, em uma distância de no mínimo:
- A) 2 m
B) 1 m
C) 1,5 m
D) 2,5 m
E) 3 m

38. De acordo com a Resolução RDC n. 50, de 21 de fevereiro de 2002, que toma como base a NBR 9050 da ABNT, em estacionamentos com até 100 vagas e acima de 100 vagas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), quantas vagas devem ser reservadas a deficientes no mínimo, respectivamente?
- A) Quatro vagas e 2% das vagas.
B) Três vagas e 3% das vagas.
C) Quatro vagas e 5% das vagas.
D) Duas vagas e 2% das vagas.
E) Duas vagas e 1% das vagas.
39. De acordo com a Portaria Interministerial 482 de 16/04/1999 tendo em vista o disposto na Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, que instituiu o Sistema Único de Saúde, e considerando o uso difundido do gás óxido de etileno como agente esterilizante de materiais médico-hospitalares como um gás tóxico, facilmente inflamável e explosivo, além de ser carcinogênico, mutagênico, teratogênico e neurotóxico, é **CORRETO** afirmar:
- Deve-se proibir menores, gestantes e/ou mulheres em idade fértil de exercerem atividades nas salas de esterilização, quarentena e depósito de recipientes de óxido etileno e na área de tratamento do gás.
 - É permitido o uso de óxido de etileno envasado em ampolas de vidro ou em outros materiais frágeis.
 - Os registros médicos obtidos dos trabalhadores ocupacionalmente expostos ao óxido de etileno, incluindo prontuários e resultado de exames complementares, devem ser guardados por 20 anos após a demissão.
- Está(ão) **CORRETA(S)**:
- A) Apenas as afirmativas II e III.
B) Apenas a afirmativa I.
C) Apenas a afirmativa II.
D) Apenas as afirmativas I e III.
E) Apenas a afirmativa III.
40. Pela gravidade que a exposição aos fluidos biológicos representa para os trabalhadores, o Ministério da Saúde recomenda procedimentos preconizados pelo Centers Disease Control que incluem cuidados locais na área exposta, recomendações específicas para imunização e medidas de quimioprofilaxia, quando indicada, e acompanhamento sorológico para a hepatite e o vírus da imunodeficiência humana – HIV. Em relação aos acidentes decorrentes de exposição aos fluidos biológicos, é **CORRETO** afirmar:

- A) A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) pode providenciar a notificação e o acompanhamento do trabalhador.
- B) O Departamento de Recursos Humanos da instituição não necessita proceder ao registro no Sistema de Informação de Agravos de Notificação Compulsória - SINAN.
- C) É considerado de notificação compulsória, cabendo ao enfermeiro o registro e encaminhamento do trabalhador ao serviço especializado.
- D) O engenheiro do trabalho deve perguntar ao serviço de saúde que atendeu o trabalhador se há a necessidade do envio da comunicação de acidentes de trabalho (CAT).
- E) Recomenda-se monitorar o trabalhador, especialmente em atendimento domiciliar.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO